



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640196 - AM (2021/0013382-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : RICARDO DE OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO : RICARDO DE OLIVEIRA LIMA - AM006306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : JEFFERSON DOUGLAS OLIVEIRA SOUSA (PRESO)
CORRÉU : JOSE DA SILVA MOURA
CORRÉU : JHONATAS DOS SANTOS RELVAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFFERSON DOUGLAS OLIVEIRA SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (HC n. 4006810-37.2020.8.04.0000).

O paciente está preso preventivamente, desde 5/3/2020, pela suposta prática do delito de roubo majorado (art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal).

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega, ainda, excesso de prazo na instrução processual, pois o acusado está preso há mais de 330 dias sem que esteja encerrada a instrução criminal, o que já denota, por si só, a ilegalidade da segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas, ou, subsidiariamente, que seja deferida a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no acórdão combatido o relator consignou que (fls. 916-917):

In casu, a autoridade dita coatora, em decisão exarada às fls. 302-303 dos autos originários, pontuou que "o presente processo se reveste de maior complexidade em razão da quantidade de réus, o que justifica o alargamento dos prazos, diante das diligências necessárias para efetuar a localização e citação de todos".

De fato, em consulta aos autos da ação penal, observa-se que a instrução probatória ainda não se iniciou porque não havia sido expedido o mandado de citação do corréu José da Silva Moura.

Contudo, tal providência fora adotada no dia 30/10/2020, cabendo destacar, inclusive, que a

autoridade impetrada, ao analisar pedido de liberdade formulado pela defesa do corréu Jhonatas dos Santos Relvas, determinou, em decisão de 11/11/2020 (fls. 449-451 dos autos originários), que a Secretaria do Juízo "adote providências urgentes junto à Central de Mandados, a fim de que o oficial de justiça devolva a este Juízo, no prazo de 48 horas, o mandado de citação do réu JOSÉ DA SILVA MOURA".

[...]

Frise-se que, no caso vertente, a periculosidade do paciente, salientada pelo autoridade dita coatora na decisão de fls. 61-63 dos autos principais, fora extraída do modus operandi do delito por ele perpetrado. Além disso, foi destacado o risco de reiteração delitiva, evidenciado pelo fato de responder a outro processo criminal.

Neste ponto, cumpre destacar que o ora paciente fora condenado, nos autos da ação penal n.º 0625368-73.2020.8.04.0001, à pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão pela prática de um audacioso roubo majorado praticado em um famoso salão de beleza situado em área nobre desta cidade, fato que, por certo, permite inferir a sua periculosidade.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência